

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
2 -----**REUNIÃO 13 DE NOVEMBRO DE 2009**-----
3 -----**ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL E NOVE** -----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecilio Patrício; -----
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura. -----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----
10 - Anabela Martins Sá; -----
11 - Carlos João Fernandes Pereira da Fonseca; -----
12 - António Fernando Lopes; -----
13 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----
14 - Marcos José Vicente Proença; -----
15 - Helena Maria Jesus Águas; -----
16 - Luis Francisco Campos Silva; -----
17 - Rute Isabel Brasão Correia; -----
18 - Ana Bela Pereira Aires Jorge da Silva Lopes; -----
19 - Paulo Jorge Carvalho Cecilio Patrício; -----
20 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----
21 - Helder José Silva Bicho; -----
22 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----
23 - Carlos Manuel Maximiano Batista; -----
24 - Pedro José Oliveira Rebelo Ângelo; -----
25 - Carlos Fernando Faria Duarte; -----
26 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----
27 - Pedro Miguel Dias Lourenço; -----
28 - Susana Miguel da Silva; -----
29 - Armando Salvador Maia da Fonseca; -----
30 - António Feliciano Júnior; -----
31 - João Manuel Gomes Mendonça; -----
32 - Maria Norberta Ponte Ferreira Santos; -----
33 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
34 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques. -----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: -----
36 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira; -----
37 - Vice-Presidente da Câmara Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras; -----
38 - Vereadora Lúcia Maria Silva Poseiro; -----
39 - Vereador Nuno Manuel Mota Silva; -----
40 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; -----
41 - Vereadora Maria Arminda Oliveira Sousa; -----
42 - Vereador José Victor Ribeiro da Silva; -----
43 - Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Sérgio Manuel Silva Duarte; ---

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

44 - Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Jesus Aires, -----
45 - Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico Alberto Jorge
46 Jerónimo; -----
47 - Chefe da Divisão Técnica Maria Antónia Palma Vargas; -----
48 - Coordenador Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----
49 -----Pelas 21:25 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
50 declarou a sessão aberta.-----
51 -----**ACTA 06/2009:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
52 com 10 votos a favor e 16 abstenções, aprovar a acta n.º 06/2009, da reunião de 25 de
53 Setembro de 2009.-----
54 -----**ACTA 07/2009:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
55 com 24 votos a favor e 2 abstenções, aprovar a acta n.º 07/2009, da reunião de 26 de
56 Outubro de 2009.-----
57 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que nos termos
58 da lei, poderia a Mesa propor a alteração do regimento ou elaborar um novo. Na sua
59 opinião deve ser constituído um grupo de trabalho para elaboração do regimento,
60 sugerindo que, há semelhança do que se fez há quatro anos, esse grupo seja
61 constituído pelos coordenadores dos grupos municipais e pela Mesa da Assembleia. ---
62 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) questionou se até aprovação de um novo
63 regimento se manterá em vigor o anterior.-----
64 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu afirmativamente,
65 referindo pensar que bastarão uma ou duas reuniões para conseguirem ter um
66 documento para vir à próxima sessão da Assembleia Municipal.-----
67 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) lembrou que o seu grupo passou de um para
68 dois deputados, devendo ser tida em atenção a questão do tempo de que vão dispor.
69 Desde que haja bom senso concordam com o sugerido.-----
70 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) concordou que deve haver bom senso,
71 mas também se deve respeitar o regimento. Tem que haver algum rigor porque se se
72 abrir uma excepção, depois também se podem abrir mais vezes.-----
73 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a situação de hoje é
74 transitória, devendo imperar o bom senso, mas cumprindo-se o regimento.-----
75 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse ter participado na elaboração do
76 regimento há quatro anos. A questão do CDS é pertinente mas nessa altura o CDS só
77 tinha direito a um minuto e meio, pelo que entenderam dar-lhe três minutos. Quanto á
78 proposta do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, considerou tratar-se de uma
79 proposta admissível e aceitável.-----
80 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que num futuro, sempre
81 que haja alguma questão relacionada com a Assembleia Municipal, pode-se criar um e-
82 mail próprio ou enviar-se as questões para o e-mail de serviço do funcionário que dá
83 apoio á Assembleia Municipal. Oportunamente a Mesa enviará o endereço respectivo.
84 Coloca esta questão porque hoje soube-se de um pedido de substituição que tinha sido
85 enviado para o e-mail geral da Câmara, mas que não chegou á Mesa da Assembleia.--

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

86 -----Foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (14 do PSD, 8 do PS e 2 do
87 CDS) e 2 abstenções (2 da CDU), aprovar a criação de um grupo de trabalho para
88 elaboração do regimento da Assembleia Municipal, composto pelos coordenadores dos
89 Grupos Municipais e pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----
90 -----O senhor Fernando Lopes (PS) fez a seguinte declaração: “Inicio esta minha
91 intervenção por desejar, em nome do grupo de deputados municipais do PS e em meu
92 nome, não obstante as nossas divergências políticas, ao Sr. Presidente, secretários e
93 membros desta AM, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sr.ªs vereadoras e ao Sr.s
94 vereadores felicidades e que desenvolvam, ao longo deste mandato, trabalho
95 construtivo e produtivo, trabalho que vá de encontro às expectativas dos
96 bombarralenses. Passando ao ponto prévio à ordem de trabalhos, gostaria que o Sr.
97 Presidente de Câmara indique qual o ponto da situação relativamente ao edifícios em
98 ruína que abundam no concelho e em particular na Av da CP, tendo presente que a
99 Câmara tem prometido, há cerca de 3 anos resolver esta situação. Aliás, a promessa de
100 resolver a situação de prédios degradados, alguns em perigo eminente de ruína, foi
101 várias vezes reiterada pelo Presidente de Câmara na AM e na então Comissão de
102 Urbanismo. Dando enfoque à Av. da CP, faço questão de perguntar se os proprietários
103 foram ou não notificados para efectuarem obras de conservação, e se assim foi, quais
104 os fundamentos para a não realização das obras, foram ou não instaurados processos
105 de contra-ordenações, quantos, quantas coimas aplicadas. Se os proprietários não
106 realizarem as obras, a Câmara pretende ou não efectuar tais obras necessárias para
107 prevenir a ruína de tais edifícios e neste como caso irá ser reembolsada. Por último,
108 gostaria de saber o que pretende fazer o Sr. Presidente para aproveitar o edifício da ex-
109 escola agrícola, casa das Palmeiras, há que ter presente que a construção teve apoio
110 da autarquia inclusive o terreno pertence ao Município. Um edifício com tantas
111 potencialidades não deve estar encerrado.” -----
112 -----O senhor Pedro Lourenço (CDU) fez a seguinte declaração: “ao iniciarmos os
113 trabalhos neste mandato da Assembleia Municipal do Bombarral, começamos por
114 saudar os eleitos e desejar um profícuo trabalho para todos. Quanto a nós,
115 consideramos importante referenciar os princípios pelos quais nortearmos a nossa
116 acção neste quadriénio. Os objectivos que nos movem são os da defesa dos interesses
117 da população do concelho e da sua qualidade de vida, honrando os compromissos que
118 estabelecemos com o eleitorado que nos elegeram. Estamos disponíveis para trabalhar
119 em conjunto, para darmos o nosso contributo através das nossas propostas, aprovando
120 o que considerarmos que se enquadra na defesa do Bombarral e dos bombarralenses e
121 rejeitando o que não nos parecer adequado e justo, de forma reflectida e ponderada,
122 como tem sido apanágio da CDU até aqui. No actual quadro de maioria absoluta do
123 PSD nesta Assembleia, esperamos que não haja a tentação de fazer ouvidos de
124 mercador às opiniões, às propostas e demais contributos dos eleitos das restantes
125 forças políticas, pois só com uma postura aberta e dialogante será possível ganhar
126 terreno na caminhada em prol do desenvolvimento tão distante e tão necessário para a
127 nossa terra.”-----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

128 -----O senhor Carlos Baptista (PS) questionou o que é que está pensado no curto
129 / médio prazo, para o espaço do antigo matadouro, que fica um pouco mal na fotografia,
130 dado estar muito degradado. -----

131 -----O senhor Marcos Proença (PS) lembrou que esta semana ocorreu a
132 derrocada de uma parte do reboco da placa superior do Mercado Municipal, pelo que
133 perguntou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer para obviar a esta situação
134 evitando ocorrências mais gravosas no futuro. -----

135 -----O senhor Presidente da Câmara saudou o público presente, dizendo ver
136 gente interessada no concelho, que é, ou já foi, autarca, e que continuará a dar o seu
137 contributo para o desenvolvimento do Bombarral nos próximos 12 anos. Saudou todas
138 as bancadas e o senhor Presidente e os senhores Secretários da Mesa da Assembleia
139 Municipal, desejando a todos um profícuo mandato, tendo a certeza de que será uma
140 Assembleia muito bem conduzida. Apresentou os senhores vereadores do actual
141 mandato, os chefes de divisão municipais e o funcionário que dá apoio administrativo à
142 Assembleia Municipal, que assumiu igualmente funções de apoio administrativo no seu
143 gabinete. Saudou ainda toda a população do Bombarral. Estão na Câmara Municipal há
144 pouco mais de 15 dias e têm vindo a desenvolver um trabalho de interesse, parecendo-
145 lhe que já cá estão há 30 dias, pelo número de horas que têm dedicado a esta casa. A
146 preocupação manifestada pelo senhor Fernando Lopes, já vem de longe. É uma
147 questão grave, comparativamente a outros concelhos do interior. Tem na sua secretária
148 o dossier desta matéria, que será a base do trabalho que virá a seguir, que serão as
149 intimações aos proprietários, as contra-ordenações e as coimas. Não teme ser
150 impopular. O futuro vai ser diferente e, nestes casos, as pessoas terão de ser intimadas
151 a resolver os problemas. Verificou que numa primeira fase foram notificados 12
152 proprietários para demolir prédios, tendo onze deles cumprido e alguns até anuíram a
153 que os espaços fossem transformados em estacionamento provisórios. Se passarem
154 pela Av. Casimiro da Silva Marques, verificarão que aquela artéria, outrora um espelho
155 para quem visitava o Bombarral, hoje envergonha-os. Será por aí que terão de
156 começar. Há que ter muita atenção, muito cuidado e muita mão firme, para que o
157 património degradado não continue na mesma. É uma preocupação para os quatro
158 anos do mandato. Estão a estudar a forma como vão resolver a situação, mas vão fazê-
159 lo com mão firme. Não se trata de ser duros, mas sim de reconhecer a realidade desta
160 casa, onde tudo tem de ser receita sem penalizar a população. O Governo do senhor
161 Primeiro-ministro José Sócrates assim o faz e quem não paga incorre em multas e
162 penhoras. Há anos e ano que esta casa abdica de receitas legítimas e, por isso, o
163 Município está financeiramente um caos. Quanto à Casa Escola Agrícola As Palmeiras,
164 confessou que ainda não chegaram lá. É um espaço nobre que pode ter um bom
165 aproveitamento. O senhor Pedro Lourenço leu uma intervenção em nome da CDU,
166 mostrando-se disponível para trabalhar, o que agradece e vai ser bem acolhido. Têm
167 maioria mas não farão ouvidos de mercador a ninguém. O senhor Carlos Baptista
168 trouxe um bom lembrete, que agradece, até porque estando o senhor Carlos Baptista
169 ligado à Leader Oeste, fê-lo lembrar que terá que se agarrar a esta associação para
170 recuperar aquele espaço. Já se manifestou disponível para continuar á frente da Leader

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

171 Oeste e contará com os bons ofícios do senhor Carlos Baptista para, após a elaboração
172 de um projecto, apresentar uma candidatura à Leader Oeste. Ao longo destes primeiros
173 quatro anos, tudo dependerá da disponibilidade financeira. É muito bonito dizer que vão
174 fazer tudo, mas é feio fazer coisas sem se saber como se vai pagar. O Município tem de
175 fazer o que pode, poupando e não esbanjando. Relativamente ao senhor Marcos
176 Proença, falou de uma preocupação que surgiu de emergência e que mexeu muito
177 consigo e todos os dias tem mexido no dossier. Inesperadamente caiu o reboco do
178 tecto do mercado municipal em cima de uma vendedora. Foi ao local com o corpo
179 técnico da Câmara Municipal para fazerem o levantamento da situação e as
180 participações respectivas. Não saíram sem verificarem os pontos que oferecessem
181 perigo e ficaram com a ideia da necessidade de intervenção imediata. Segunda-feira
182 vão com toda a mão-de-obra municipal fazer um trabalho de pesquisa, picando as
183 paredes e tectos para verificarem onde existe perigo. Considera-se culpado da situação
184 porque é o responsável pela manutenção do espaço, dando a cara pelo que aconteceu,
185 mas é um problema que resulta de situações do passado, que interessa que o presente
186 resolva. Há um projecto para fazerem um milagre naquele espaço mas que custa
187 centenas de milhares de euros, mas não será esse o projecto que vão desenvolver. O
188 seu projecto será embelezar o espaço e torná-lo seguro.-----
189 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse que a OesteCIM tem fins
190 múltiplos com interesses muito importantes para todos os Municípios que a compõem.
191 Não sabe se até hoje o Município do Bombarral tem feito sentir a sua voz e tirado os
192 proveitos que pode conseguir. No último quadriénio uma das questões abordadas foi a
193 fusão da RESIOESTE com a VALORSUL, que, há semelhança das Águas do Oeste,
194 deve ter uma vigilância muito firme sobre o quês e passa. São empresas que interferem
195 com a vida de todos nós. Como a fusão foi reprovada pelo Cadaval, gostava que a nova
196 Câmara tivesse em atenção todos os estudos não apresentados na Assembleia, fossem
197 apresentados agora para se verificar do interesse desta fusão. Citou o exemplo da
198 EGF, que, por erros grosseiros de concepção e de aquisição de equipamentos
199 desadequados, levou a que tivesse de se pagar uma conta que muito onerou os
200 Municípios. Aquando da aprovação da ETAR na lagoa de Óbidos, existia um projecto
201 de ETAR's múltiplas que permitiriam o aproveitamento de água para regas. Referiu que
202 no Pó, já há muito, os poços têm água salobra. Chamou a atenção para o rigor com que
203 devem ser acompanhados todos estes projectos e de interesse municipal, para que não
204 se passe um cheque em branco a estas empresas que sós e preocupam com grande
205 contratos e financiamentos, e pouco com os resultados. Lançou o repto ao senhor
206 Presidente da Câmara para ter uma postura firme na defesa dos interesses do nosso
207 concelho.- -----
208 -----O senhor Luis Campos (PSD) felicitou os membros da Assembleia Municipal
209 desejando-lhes um bom trabalho em prol do Bombarral. Foi por isso que foram eleitos
210 para defender os interesses do concelho. -----
211 -----O senhor Helder Bicho (PS) disse que todos sabem que as associações do
212 concelho vivem com dificuldades, nomeadamente o Sport Clube Escolar

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

213 Bombarralense, pelo que gostava de saber quando serão distribuídas verbas pelas
214 mesmas. - -----
215 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) felicitou os membros da Assembleia Municipal
216 desejando-lhes um bom mandato e que esta Assembleia tenha uma produtividade
217 aceitável. Fez um alerta ao senhor Presidente da Câmara que tem a ver com as obras
218 na área das escolas secundária e Fernão do Pó. Na altura em que os alunos saem
219 existe uma aglomeração de crianças no mesmo local com os pais a recolherem-nas.
220 Tem visto que não existe qualquer acompanhamento da parte da polícia que regule
221 aquele espaço. Não sendo propriamente um problema da Câmara, é um problema do
222 concelho devendo partir do executivo essa preocupação. -----
223 -----O senhor Presidente da Câmara disse que de facto é importante a eleição
224 dos membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Oeste. Lá
225 estará na OesteCIM para cumprir com as suas obrigações naquele órgão, que é uma
226 mais valia para o Oeste. Quanto à fusão da RESIOESTE com a VALORSUL todos
227 conhecem a situação, mas é quase incontornável, estando apenas em impasse por
228 causa do Cadaval que ainda não aprovou a fusão. São medidas erradas do Governo,
229 que são paralisadoras para os Municípios, como foi o caso das Águas do Oeste. É
230 muito favorável ao aproveitamento das águas para rega. No Bombarral, em com junto
231 com o actual Presidente de Junta de Freguesia, conseguiu criar um abastecimento de
232 água que tira constantemente 70.000 litros de água para os agricultores e para os
233 Bombeiros. O senhor Helder Bicho colocou um caso muito sério. Tomou posse na
234 Câmara Municipal e desconhece que haja convénios estabelecidos com as associações
235 do nosso concelho. Sabe que o Município tem concedido apoios em termos de cedência
236 de transportes, bem como o uso do estádio e do pavilhão, o que representa valores
237 muito elevados para o Município. A partir de agora em qualquer apoio às associações,
238 tudo vai contar, até a simples fotocópia que se tire. Todavia compreende que o Sport
239 Clube Escolar Bombarralense, o Grupo Desportivo Valcovense, a Associação
240 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral e muitas outras colectividades,
241 estão com muitas dificuldades em sobreviver, porque não recebem subsídios há muito
242 tempo, assim como as próprias Juntas de Freguesia não têm recebido o que deveria
243 ser a contrapartida do trabalho desenvolvido no âmbito do protocolo. Vão conversar
244 com as colectividades e com as Juntas de Freguesia, para reunir de forma séria e com
245 compromissos para assumir e não com compromissos só para o Presidente da Câmara
246 e os vereadores aparecerem nos jornais a dizerem que atribuíram subsídios. É sócio de
247 todas as associações, mas não pensem que vai fazer milagres e pagar assim que
248 chega. Tem prazer em pagar e não em inventar mentiras para que as colectividades
249 desenvolvam trabalho à custa do bolso dos seus dirigentes e de quem os apoia. Tudo
250 vai ser resolvido, mas espaçadamente e à medida da disponibilidade do Município. Vão
251 tomar medidas e cobrar receitas para poderem apoiar as colectividades e as Juntas de
252 Freguesia. O senhor Pedro Ângelo falou na regulação da saída dos jovens da escola
253 secundária, que pertence à Escola Segura. Ao executivo cumpre executar a deliberação
254 de Outubro de 2009 sobre o estacionamento em frente à Escola Secundária. Pensa
255 muito seriamente ir dentro de breves dias abordar o proprietário de um grande espaço

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

256 em frente da escola Secundária, para ver da possibilidade de cedência de uma faixa
257 para o estacionamento de 70 / 80 carros. Acompanhado do anterior Presidente da
258 Câmara já tinha falado com um familiar do proprietário e não correu muito bem, mas vai
259 insistir. ---- -----

260 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que nos termos
261 da alínea a) do artigo 53.º da Lei 169/99, é competência da Mesa apresentar uma
262 proposta de orçamento da Assembleia Municipal. A Mesa irá fazê-lo, consultando os
263 respectivos representantes das forças partidárias para darem algum contributo. -----

264 -----**ATENDIMENTO DO PÚBLICO:** Presente o senhor Francisco Henriques
265 Ferreira, saudou a nova Assembleia Municipal e todos os seus membros, bem como os
266 responsáveis autárquicos eleitos. Fez um reparo, porque, pela segunda vez, assistiu a
267 uma situação que lhe desagrada na tomada de posse dos órgãos autárquicos. Há
268 quatro anos a tomada de posse teve lugar no auditório municipal e muita gente não
269 pôde assistir. Agora foi feita no Salão Nobre, espaço impróprio e incapaz para a
270 realização de actos desta natureza. É lamentável que pessoas convidadas não
271 consigam assistir ao acto e tenham de ficar nas escadas. É urgente que esta situação
272 seja alterada.-----

273 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a actual
274 mesa da Assembleia não teve responsabilidades na organização da sessão solene.
275 Pelo que sabe não houve nenhuma intenção. Daqui a quatro anos não se esquecerá
276 desta questão, porque também viu que houve muita gente que ficou de pé. Se
277 pensarem um pouco temos alternativas interessantes, que não o Salão Nobre. -----

278 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A
279 SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** O senhor Presidente da Câmara disse que
280 este documento é um Road Book para os que pela primeira vez estão nestas andanças,
281 fazendo uma visita pelas diversas Divisões e pelos trabalhos em curso e os que no
282 futuro terão de ser efectuados. Relativamente á situação financeira, está bastante
283 detalhada, pelo que está aberto a questões que a Assembleia Municipal queira colocar.
284 A 30 de Outubro a dívida a fornecedores era de € 4.164.897,12, dos quais € 1.000.000
285 era dívida ás Águas do Oeste. A dívida a instituições de crédito era no montante de €
286 3.332.156,21. Por ano temos tido capacidade de amortizar juros e capital no montante
287 de cerca de € 500.000. O valor total da dívida era de € 7.497.053,33. As receitas
288 correntes cobradas estavam em € 5.733.617,74, considerando que estão com uma
289 cobrança de receita muito deficitária. Houve anos extraordinários como em 2008, mas
290 em 2009 já não sucedeu o mesmo, o que motivou a situação em que se encontra o
291 Município, mas, ainda assim, foram pagos € 5.440.000. As receitas de capital estão em
292 € 1.013.288 e as despesas de capital em € 1.142.793 havendo um saldo deficitário. A
293 30 de Outubro, o saldo orçamental em tesouraria era de € 163.292,88, que é o
294 estritamente necessário para pagar o que tem mesmo de ser pago até final do ano.-----

295 -----O senhor Pedro Lourenço (CDU) questionou que medidas concretas pensa o
296 senhor Presidente da Câmara tomar para reduzir a dívida do Município.-----

297 -----A senhora D. Anabela Sá (PS), relativamente ao Centro Educativo do
298 Bombarral, disse que a informação refere que se encontra em fase de procedimento de

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

299 concurso, tendo a informação de que o concurso foi anulado em reunião de Câmara,
300 devendo-se tal ao facto das empresas terem concorrido em agrupamento quando não o
301 poderiam ter feito. A Câmara Municipal, ao saber disso, inquiriu as empresas sobre a
302 possibilidade de concorrerem individualmente, tendo algumas delas respondido
303 afirmativamente, mas, mesmo assim, a Câmara Municipal anulou o concurso. Os
304 vereadores do PS votaram contra essa decisão. Isto atrasa o concurso e a obra e, mais
305 grave, poderá existir a possibilidade de empresas poderem vir a exigir indemnizações e
306 a perda de participação por atraso no lançamento da obra e muito mais custos
307 advenientes. Questionou o que está a Câmara Municipal a pensar fazer face a esta
308 situação.-- -----

309 -----O senhor Presidente da Câmara disse que vai deixar de ser bom e passar a
310 ser mau. É preciso tomar medidas impopulares no sentido de que não se continuem a
311 desperdiçar receitas e por outro lado reduzir as despesas. Estão neste momento a fazer
312 um levantamento exaustivo sobre quanto se gasta em cada sector, quantas horas
313 extraordinárias se pagam e com que fundamento e com que direito algumas pessoas
314 encaram as horas extraordinárias como um segundo ordenado. Vai haver muitas
315 medidas impopulares. Dir-lhe-ão que entrou na Câmara com um agravamento ligeiro da
316 despesa, ao munir-se de três vereadores – dois a tempo inteiro e um com apenas um
317 terço do vencimento, mas esta é uma medida que visa reduzir a despesa a curto prazo.
318 Este executivo vai resolver o deficit que é curto em termos de vencimento. Lembrou que
319 quase todos os Presidentes de Câmara têm motorista, chefe de gabinete e assessores
320 e o seu staff. Estão aqui para responderem daqui a quatro anos se este foi ou não um
321 investimento adequado. Tem que se investir em pessoas que trabalhem para os
322 resultados chegarem a seguir. Não há Municípios de sucesso que não tenham um
323 grande gabinete e uma vereação forte com assessores, motorista e carros caros, mas
324 abdica disso tudo. É com este executivo que vai resolver o grande problema do
325 Bombarral. Há muito mais medidas que vai elencar. Por exemplo, souberam que se for
326 o Municipio a levar os monos para a RESIOESTE paga, mas se for um particular a fazê-
327 lo fica a custo zero. Quanto á preocupação referida pela D. Anabela Sá, sobre o Centro
328 Educativo do Bombarral, de facto a 30 de Outubro a situação era diferente da actual.
329 Esta é uma obra com um custo de € 4.800.000 com participação. Podiam ter feito
330 um ajuste directo, mas optaram por consultar cinco empresas. No caderno de encargos
331 foi colocada pelos técnicos uma cláusula que permitia consórcios, mas a lei não permite
332 tal. Esta situação foi transmitida ao anterior Presidente da Câmara que pediu pareceres.
333 O parecer do tribunal de Contas era de que não aceitariam essa situação. As
334 alternativas eram ou se arriscava o princípio da imutabilidade das propostas, com a
335 consequência do eventual chumbo pelo Tribunal de Contas, ou anulava-se o concurso e
336 abria-se um novo. O parecer do jurista contratado pela anterior Câmara era de que se
337 poderia anular o concurso. Esta foi a melhor solução e não é com declarações de voto
338 que os podem convencer que esta não foi a melhor solução, porque era a única
339 solução. Tem o processo que pode facultar para consulta à D. Anabela Sá. Esta
340 Câmara Municipal entendeu que esta era a melhor solução, pelo que aprovaram a
341 anulação do concurso e estão a iniciar novo procedimento.-----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

342 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) questionou se o parecer pedido foi escrito ou
343 por telefone e se poderia ter acesso a ele. Disse que esta questão suscita alguma
344 preocupação. Estão a falar de muito dinheiro que pode ser perdido. Questionou se o
345 novo procedimento já foi aberto. -----

346 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara se
347 referiu a pareceres do Tribunal de Contas, mas o Tribunal de Contas não dá pareceres
348 pelo que é falso o que disse. Os tribunais emitem sentenças quando é um juiz ou
349 acórdãos quando são três juizes. Questionou para quando se prevê a abertura de novo
350 concurso. Já houve três concursos no âmbito do QREN, pelo que nos arriscamos a
351 perder o financiamento. Questionou quem emitiu o parecer de que o procedimento era
352 nulo. Ao anular-se o concurso gorou-se expectativas, pelo que as empresas poderão vir
353 a pedir indemnizações, pelo que perguntou se a Câmara Municipal está disponível para
354 pagar as indemnizações. -----

355 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse ser claro para todos que esta
356 informação acabou por ser a demonstração do que foram os últimos meses do anterior
357 executivo e o actual Presidente da Câmara tem pouca responsabilidade nestes dados.
358 O senhor Presidente da Câmara parece muito obcecado com a questão de ser bom e
359 passar a ser mau. O senhor Presidente da Câmara não deve ser tão mauzinho, deve é
360 ser justo, metódico e objectivo. Não há que esquecer o passado. O senhor Presidente
361 da Câmara quando se candidatou sabia o estado em que a Câmara estava. Se calhar
362 vai ser mais do mesmo. Em relação ao Centro Educativo do Bombarral gostava de
363 saber se as propostas chegaram a ser abertas e qual o valor das mesmas. -----

364 -----O senhor Presidente da Câmara informou que há um parecer escrito sobre
365 este processo. Pode ter havido alguma confusão da sua parte ao referir o parecer do
366 tribunal de Contas, pois terá havido indicações telefonicamente, mas o senhor
367 Fernando Lopes poderia ter evitado a grosseria de dizer que era falso o que disse. Não
368 está obcecado com nada. Conhece a situação e tem uma equipa para vencer os
369 problemas. Obcecado está o senhor Pedro Ângelo quem, quando era Presidente de
370 Junta de Freguesia, sistematicamente embirrava consigo. São conhecidas grandes
371 discussões entre ambos por provocações ao actual presidente da Câmara. Vai ser
372 metódico, organizado e objectivo, mas vai também ser moderado e dar menos
373 informação, porque o facto de ser aberto não está a ser bem aceite por alguns
374 membros da Assembleia Municipal. -----

375 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica disse que em relação a todas as
376 dúvidas colocadas esta noite, os técnicos do júri foram os primeiros a tê-las e por isso
377 consultaram um jurista que emitiu parecer. Mas também tiveram o cuidado de através
378 de contacto telefónico colocarem a questão a um dos técnicos do Tribunal de Contas
379 que visa os processos, porque no processo tinham propostas entregues em consórcio,
380 o que nos ajustes directos não é permitido pela lei, pelo que depois os concorrentes
381 teriam de apresentar propostas em nome individual, o que o Tribunal de Contas alertou
382 não ser possível. Se neste momento as empresas colocarem a questão de uma
383 indemnização, será, segundo a lei, com os encargos de elaboração da proposta. Grave
384 seria, e daí, terem ficado bastante preocupados, darem sequência ao contrato que ao

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

385 chegar ao Tribunal de Contas não seria visado, pelo que a Câmara Municipal não
386 poderia pagar qualquer trabalho ao empreiteiro, pelo que a expectativa entretanto
387 gorada poderia levar á exigência de uma indemnização no valor de 10% do valor total
388 da obra, que são cerca de 4,8 milhões de euros. O que foi à Câmara Municipal foi um
389 parecer jurídico e a acta do júri. O técnico do Tribunal de Contas emitiu um e-mail que
390 consta do processo. Pensa que esta foi a melhor solução. Relativamente á candidatura,
391 disse ainda não ter um documento oficial em como se encontra homologada e a
392 contagem do prazo de seis meses é só após a data da homologação da candidatura.
393 Lembrou que todos os documentos que instruem a candidatura têm de respeitar o
394 enquadramento legal. Se tentarem corrigir por estar ferido de um vício, correm o risco
395 da candidatura ser anulada. Se houve uma deliberação de Câmara a 09 de Novembro,
396 só a partir dessa decisão é que poderiam estar em condições de abrirem novo concurso
397 com a maior brevidade possível. Quanto aos esclarecimentos solicitados pelo senhor
398 Pedro Ângelo, disse não poder dar os dados porque o concurso ficou fechado e
399 enquanto membro do júri não pode tornar os valores públicos. -----
400 -----O senhor Fernando Lopes (PS), perante as explicações dadas, questionou
401 porque é que foram convidados os concorrentes a dizer se aceitavam concorrer
402 individualmente se já tinham chegado á conclusão que o concurso estava viciado. Uma
403 vez que o concurso foi anulado no dia 09 de Novembro, perguntou se foi feita a
404 comunicação aos interessados e se foi dado algum prazo.-----
405 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que se o senhor Presidente da Câmara
406 entendia que embirrava com ele nas sessões anteriores, as questões que colocava
407 tinham objectivos e o senhor Presidente da Câmara é que se sentia ofendido. Em
408 relação à resposta que lhe deram, disse ter sido claro – se o ajuste directo não permite
409 consórcios, na fase de abertura dos documentos via-se se havia ou não consórcios a
410 concorrer e se as propostas podiam ou não ser admitidas. O valor das propostas não é
411 secreto. --- -----
412 -----O senhor Presidente da Câmara lembrou que este processo deriva de uma
413 deliberação bastante anterior e de facto não acompanhou o processo.-----
414 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica disse que no concurso público há um
415 acto que é público onde as propostas são abertas e todos os concorrentes podem
416 aceder às propostas uns dos outros. No ajuste directo essa figura de acto público não
417 existe. Durante o decurso do processo, os membros do júri não podem revelar o valor
418 das propostas. No parecer jurídico um dos pontos mencionados era a colocação do
419 procedimento no trilho certo e por isso consultaram as empresas que concorreram em
420 consórcio para saber se estavam disponíveis para concorrer a nível individual. -----
421 -----**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO XVIII**
422 **CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS PORTUGUESES: --**
423 -----Foi presente a seguinte proposta do Grupo Municipal do PSD:-----
424 -----“O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Bombarral, propõe
425 como representante efectivo dos Presidentes de Junta de Freguesia no Congresso da
426 Associação Nacional de Municípios Portugueses, o senhor Presidente da Junta de

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

427 Freguesia do Pó, Nuno Diogo Fernandes Bernardino; Como suplente propomos o
428 senhor Presidente da Junta de Freguesia do carvalhal João Manuel Gomes Mendonça.”
429 -----Efectuada votação por escrutínio secreto, foi deliberado por maioria com 14
430 votos a favor e 12 votos em branco aprovar a proposta supra transcrita.-----
431 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
432 -----**ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUE**
433 **INTEGRARÃO A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE:** -----
434 -----Foram presentes as seguintes propostas.-----
435 -----PROPOSTA A – do Grupo Municipal do PS: “Os deputados municipais do
436 Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, apresentam a seguinte lista, nos termos
437 do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, para a eleição dos membros
438 da Assembleia Intermunicipal do Oeste: -----
439 1 – Anabela Martins Sá; -----
440 2 – António Fernando Lopes;-----
441 3 – Marcos José Vicente Proença;-----
442 4 – Anabela Pereira Jorge da Silva Lopes; -----
443 5 – Carlos Manuel Maximiano Baptista.” -----
444 -----PROPOSTA B – do Grupo Municipal do PSD: “O grupo municipal do PSD na
445 Assembleia Municipal de Bombarral, propõe a seguinte lista para a Assembleia
446 Intermunicipal do Oeste: -----
447 Efectivos:- -----
448 1 - João Carlos Barreiras Duarte; -----
449 2 - Luis Francisco Campos Silva; -----
450 3 – Joaquim Marcos Henriques; -----
451 4 – João Manuel Gomes Mendonça; -----
452 5 – Maria Norberta Ponte Ferreira Santos; -----
453 Suplentes: -----
454 1 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----
455 2 – António Feliciano Júnior;-----
456 3 – Nuno Diogo Fernandes Bernardino.” -----
457 -----PROPOSTA C – do Grupo Municipal da CDU: -----
458 “1 – Maria de Los Angeles Oliveira; -----
459 2 – Pedro Miguel Lourenço.”-----
460 -----Efectuada votação por escrutínio secreto, verificou-se a seguinte votação: ---
461 - PROPOSTA A – 8 votos; -----
462 - PROPOSTA B – 9 votos; -----
463 - PROPOSTA C – 2 votos; -----
464 - Votos em branco – 2 votos. -----
465 -----Ficaram eleitos para a Assembleia Intermunicipal do Oeste os seguintes
466 elementos: -----
467 - João Carlos Barreiras Duarte;-----
468 - Luis Francisco Campos Silva; -----
469 – Joaquim Marcos Henriques; -----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

470 - Anabela Martins Sá;-----
471 - António Fernando Lopes.-----
472 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
473 -----**PROPOSTA DE 7.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:** O senhor Presidente da
474 Mesa da Assembleia informou que não existe verba no orçamento da Assembleia
475 Municipal para mais senhas de presença, inclusive para a sessão de hoje.-----
476 -----O senhor Fernando Lopes (PS) referiu que o documento apresentado não
477 está assinado, questionando qual o órgão que o elaborou. Este documento indica que é
478 a 7.ª alteração ao orçamento de 2009, questionando quem tem competência para o
479 aprovar. No anterior mandato não se lembra de terem sido presentes à Assembleia
480 Municipal as seis outras alterações orçamentais e ainda hoje foi aprovada a acta da
481 sessão de 25 de Setembro onde foi aprovada uma revisão orçamental. Acresce que o
482 referido documento é formado por um mero mapa não acompanhado de memória
483 descritiva. -----
484 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que existe um
485 orçamento que é do Município, havendo rubricas da responsabilidade da Câmara
486 Municipal e rubricas da responsabilidade da Assembleia Municipal. Neste caso há falta
487 de verba para as senhas de presença e como se trata de rubricas da Assembleia
488 Municipal tem de ser este órgão a decidir e a votar.-----
489 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) disse que no POCAL não viu nada referido
490 em como a Assembleia Municipal possa fazer esta alteração, citando o ponto 2 do
491 POCAL.--- -----
492 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que quando as alterações
493 orçamentais incidem sobre rubricas da Câmara Municipal, a alteração tem de ser
494 aprovada por aquele órgão. Quando se trata somente de movimentar rubricas da
495 Assembleia Municipal, o n.º 8 do artigo 53.º diz que a competência é deste órgão. Em
496 nenhum momento é dito que deve esta alteração ser submetida à aprovação da
497 Câmara Municipal. Se se movimentassem rubricas da Câmara Municipal para reforçar
498 as rubricas da Assembleia Municipal, então teria de ser uma revisão ao orçamento.
499 Informaticamente não sai uma alteração para a Assembleia Municipal e outra para a
500 Câmara. Os mapas não são de apresentação obrigatória, sendo apenas um auxiliar
501 quando se movimentam várias rubricas.-----
502 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse pensar que não
503 há problema em a Mesa assumir a questão. Poderiam achar que não havendo verba
504 disponível não se deveria convocar a Assembleia Municipal, mas depois haveria alguns
505 coordenadores de Grupos Municipais a questionar porque é que não se tinha
506 convocado a Assembleia Municipal. Para haver esta sessão e uma próxima, tem de
507 haver cabimento para a despesa com as senhas de presença. A Mesa não se importa
508 de subscrever o documento.-----
509 -----A solicitação do Grupo Municipal do PS, pelas 00:03 horas, foi a sessão
510 interrompida por cinco minutos. -----
511 -----Pelas 00:12 horas foi a sessão reatada.-----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

512 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que, no que toca a esta questão, o PS
513 continua com muitas dúvidas sobre a formalidade como a mesma foi apresentada.
514 Questiona como é possível aprovar esta proposta e a Câmara Municipal ficar alheia. O
515 PS considera que este ponto está ferido de legalidade. -----

516 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que foram informados
517 que não havia verba e solicitaram que nos termos da lei fosse encontrada uma solução
518 e foi esta a solução que lhes foi apresentada. Sem verba em orçamento esta
519 Assembleia Municipal não pode reunir. Foi com base no parecer da senhora Chefe de
520 Divisão Financeira que foi apresentada esta proposta. -----

521 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira lembrou que aquilo de que se trata
522 é de rubricas da responsabilidade da Assembleia Municipal. Se a Mesa da Assembleia
523 Municipal propôs a verba inicial, também é ela que tem que propor as devidas
524 alterações. Se este reforço de rubricas necessitasse de contrapartidas de rubricas da
525 Câmara Municipal, aí sim teria de haver uma revisão orçamental e passar pela Câmara
526 Municipal. Nesta matéria é a Assembleia Municipal que tem de gerir as suas verbas e
527 aprovar as alterações orçamentais necessárias. -----

528 -----Foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (14 do PSD, 8 do PS e 2 da
529 CDU) e 2 abstenções (2 do CDS), aprovar a 7.ª alteração ao orçamento de 2009. -----

530 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

531 -----**PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI:** Foi presente a seguinte
532 proposta: “Considerando a entrada em vigor em 13 de Novembro de 2003 do CIMI
533 aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/03, de 12 de Novembro, que no nº 8 do seu artigo
534 112.º estipula que as deliberações da Assembleia Municipal devem ser comunicadas
535 até 30 de Novembro à Direcção-Geral dos Impostos;-----

536 - Considerando ainda o disposto no n.º 1 do artigo 112.º, alíneas a), b), c), e nos n.ºs 4
537 e 7 do mesmo artigo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado
538 pelo Decreto-Lei 287/03, de 12 de Novembro; -----

539 - A Câmara Municipal do Bombarral propõe que sejam fixadas para o ano 2010 as
540 seguintes taxas:-----

541 a) Prédios rústicos – 0,8%;-----

542 b) Prédios urbanos – 0,6%;-----

543 c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35; -----

544 d) Prédios degradados – agravar (majorar) em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos
545 degradados.”-----

546 -----O senhor Presidente da Câmara disse que esta cobrança de IMI prende-se
547 com a necessidade de angariação de capitais próprios, para atenuarem o
548 endividamento e fazerem face aos investimentos futuros. É uma proposta muito idêntica
549 ao que já existia no Município. A questão do coeficiente de zona também será
550 acompanhada na Câmara Municipal na altura própria de pedir a rectificação dos
551 valores. --- -----

552 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) disse que esperam que esteja para breve a
553 aprovação dos novos índices de zonamento. Os valores da proposta são aceitáveis,
554 mas as eventuais avaliações são muito gravosas para os municípios. -----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

555 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o PS discorda do aumento
556 proposto pelo PSD. A taxa de 0,30 actualmente em vigor para os prédios urbanos
557 avaliados, por proposta fundamentada do PS no anterior mandato, mantém-se válida,
558 não se vislumbrando motivo para alteração. Quanto aos índices, lembrou que a Câmara
559 Municipal se comprometeu há imensos anos a resolver a situação e não o fez. Estes
560 índices elevados foram aprovados no tempo em que o governo era do PSD. Os
561 vereadores do PS fizeram propostas para reduzir o IMI para 20%, porque se atravessa
562 uma crise global. Todos os impostos vão mexer com as famílias. Passar de 0,30 para
563 035 representa um aumento de 14% no imposto. Esta tributação vai atingir muita gente
564 que contraiu empréstimos para comprar moradia. -----
565 -----O senhor Presidente da Câmara saudou a D. Rute Correia pela sua primeira
566 intervenção nesta Assembleia Municipal. Disse que irão estar com muita atenção no
567 acompanhamento dos novos índices para o Bombarral, que deverão ser melhorados. A
568 pequena alteração proposta resulta do equilíbrio encontrado do que se passa nos
569 Municípios vizinhos e da necessidade de encontrar uma forma de responder aos
570 compromissos assumidos. É a mesma forma utilizada pelo governo que taxa fortemente
571 a população em função das suas necessidades de financiamento. -----
572 -----O senhor Fernando Lopes (PS) questionou onde está a lista de prédios
573 degradados e se a mesma tem sido fornecida até 30 de Março à Direcção Geral de
574 Contribuições e Impostos. O IMI, como qualquer imposto serve para redistribuir receita,
575 mas não pode servir para limitar a capacidade das pessoas gerarem receita. Também
576 pode servir para o ordenamento do território, sugerindo que se reduza o IMI nas aldeias
577 que estão a ficar desertas. -----
578 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que o coeficiente baixou de 1,2 para 1,0.
579 Nesse contexto, questionou se em 2010, os valores já serão mais reduzidos para os
580 prédios para os quais seja solicitada revisão ou se para todos. Quanto à aplicabilidade
581 ou não da alínea d), disse que é o 3.º ano em que a mesma aparece, mas não há forma
582 de a aplicar. A aplicação destas taxas em nada valoriza o concelho no sentido de o
583 dinamizar no interesse dos novos moradores. Continua a não haver nenhuma melhoria
584 em relação á proposta do ano anterior. Considerou não ser de todo oportuno agravar de
585 0,30 para 0,35. Se o concelho necessita de receita, devia virar a sua actuação para o
586 dia a dia e não penalizar mais os munícipes do Bombarral. -----
587 -----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo referiu que quando
588 o senhor Fernando Lopes faz afirmações infundadas, para não dizer incorrectas, só lhe
589 quer dizer que a alteração ao zonamento já está aprovada, aguardando desde Abril de
590 2009 o despacho do senhor Ministro das Finanças para ser publicado. Se os
591 coeficientes ainda não baixaram, isso deve-se somente ao não despacho do senhor
592 Ministro das Finanças, o que será muito fácil de comprovar, enviando cópia do
593 despacho do senhor Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, a informar que a
594 alteração aguarda o despacho do senhor Ministro. -----
595 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que gostava de ver esse documento
596 para ficar esclarecido. -----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

597 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa irá solicitar à
598 Câmara Municipal cópia do documento referido. Disse que há longos meses foi
599 informado em reunião de Câmara de que tinha sido solicitada a alteração referida. A
600 verdade é que não houve nenhuma falta de empenhamento. Durante quatro anos a
601 questão foi levantada várias vezes e só em 2009 se chegou a este ponto. -----

602 -----O senhor Presidente da Câmara disse que existe uma grande lista de prédios
603 degradados que acabou de ser renovada à poucos dias. Irá estudar a lista e as medidas
604 necessárias para se partir para o combate aos prédios degradados. Existe uma forte
605 necessidade de aplicar a alínea d) e vão regulamentar nesse sentido. Em 15 dias não
606 mandou lista nenhuma e nem sabe se alguém o fez. -----

607 -----Foi deliberado por maioria aprovar a proposta supra transcrita, com 16 votos
608 a favor (14 do PSD e 2 da CDU) e 10 votos contra (8 do PS e 2 do CDS). -----

609 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

610 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** Os senhores Pedro Ângelo e Helena Águas
611 (CDS) apresentaram a seguinte declaração de voto: “Considerando que: - as colectas
612 de IMI sobre os proprietários do concelho do Bombarral são demasiado elevadas, e em
613 especial pelos índices inflacionados de avaliação dos imóveis. - o concelho do
614 Bombarral tem uma vertente essencialmente rural, e com população envelhecida, e
615 cujos usufrutos das produções agrícolas são cada vez mais reduzidos. A vertente
616 habitacional, concentrando-se essencialmente a nível da sede de concelho, deveria ser
617 estimulada, com medidas próprias, e que não se revêem nesta política proposta pelo
618 executivo. - deve existir uma preocupação social e económica no desempenho do
619 exercício da gestão do poder autárquico, a todos os níveis, embora seja proferido, não
620 tem nem sido visível, nem praticado, nos últimos 16 anos de gestão PSD. - não são as
621 maiorias absolutas, nem o tão propalado “projecto”, que justificam os aumentos
622 indiscriminados dos impostos, porque esses não foram a votos, nem fazem parte de
623 nenhum programa - deveria existir uma visão estratégica que orientasse o concelho e,
624 sem excepção, todos os seus agentes económicos, no sentido de um verdadeiro
625 rejuvenescimento da sua população, das empresas, e do investimento de uma forma
626 geral no concelho, que não passará seguramente, nem pelo aumento de impostos, nem
627 pela aprovação desta proposta. - O CDS encontra-se disponível para encontrar uma
628 solução que seja consensual, motivadora, de futuro, e incentivadora do real e
629 sustentado desenvolvimento do concelho do Bombarral, e que não seja uma mera
630 medida isolada, e circunstancial, para resolução de problemas económicos imediatos
631 criados pela necessidade de alimentar as estruturas partidárias da maioria, deste novo
632 executivo, mas que segue na senda das políticas dos anteriores executivos do PSD.
633 Continuamos a considerar, tal como nos anos anteriores, injusta, imprópria, inadequada
634 ao momento económico actual, e exageradamente elevadas as taxas, que conduzem a
635 colectas também elevadas, pelo que somos contra a proposta aprovada, não nos
636 revendo na mesma.”-----

637 -----**PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA:** Foi presente a seguinte
638 proposta. “O art.º 14º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, prevê que as Câmaras
639 Municipais possam lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

640 sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das
641 Pessoas Colectivas (I.R.C.), que corresponda à proporção do rendimento gerado na
642 sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que
643 exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
644 e não residentes com estabelecimento estável nesse território;-----
645 - Nos termos do n.º 4 do art.º 14.º do citado normativo legal, prevê-se a possibilidade de
646 lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de
647 negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000,00 (cento e cinquenta mil
648 euros); ---- -----
649 - A actual lei das finanças locais retirou do seu texto normativo o nº 2 do artº 18.º da Lei
650 das finanças locais revogada (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto), no qual se previa que a
651 derrama poderia ser lançada para reforçar a capacidade financeira ou no âmbito da
652 celebração de contratos de equilíbrio financeiro; -----
653 - Não obstante, e tendo em conta a necessidade de aproveitamento de todas as fontes
654 de receita por forma a dar corpo à estratégia de desenvolvimento económico que a
655 autarquia de Bombarral almeja implementar, nomeadamente a realização de
656 investimentos municipais de vital importância estratégica, em cujas características
657 predomina a componente educativa, social, e naturalmente económica, a Autarquia
658 pretende lançar uma taxa anual de derrama com uma redução considerável
659 relativamente ao valor máximo permitido, possibilitando uma maior competitividade
660 fiscal e com isso atrair novas actividades comerciais, industriais e agrícolas;-----
661 - A Câmara Municipal de Bombarral deliberou na sua reunião de 9 de Novembro de
662 2009, nos termos do nº 1 e nº 4 do art.º 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, solicitar à
663 Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma Derrama de:-----
664 - 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das
665 Pessoas Colectivas (I.R.C.) , a liquidar no ano de 2010, para os sujeitos passivos com
666 um volume de negócios no ano anterior que ultrapasse € 150 000,00(cento e cinquenta
667 mil euros); -----
668 - 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das
669 Pessoas Colectivas (I.R.C.) , a liquidar no ano de 2010, para os sujeitos passivos com
670 um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000,00(cento e
671 cinquenta mil euros).”-----
672 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o ano passado não houve
673 derrama, porque provavelmente houve alguma ilusão com o dinheiro que tinha entrado.
674 Não estão em condições de evitar este pequeno custo para os empresários. Que lhes
675 perdoem os que vão ser alvo desta situação, mas é algo que a Câmara Municipal
676 entende como necessário para se sair da designação de Municipio miserabilista. -----
677 -----O senhor Pedro Lourenço (CDU) disse que a Derrama é um imposto
678 municipal optativo. Sabem que o Municipio necessita de dinheiro. As empresas do
679 Bombarral necessitam de capacidade de investimento que lhes permita ter reais
680 competitividades. Dizer que não há derrama, atrai novas actividades. É preciso não
681 esquecer que sendo um imposto optativo há autarquias que não o lançam e essas sim
682 podem atrair as empresas. Portanto o essencial aqui é saber o que são e quais são os

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

683 tais investimentos municipais de vital importância estratégica que o senhor Presidente
684 diz no documento. Só assim saberemos o seu custo e se o benefício é aceitável. -----
685 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o PS não pode deixar de ser
686 manifestamente contra a derrama. É um mau exemplo. A receita de € 90.000 não vai
687 chegar para as remunerações dos vereadores a tempo inteiro. Quem vai pagar isto são
688 as empresas. Não será com este imposto que se vai atrair mais investimentos. -----
689 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) considerou que, perante as dificuldades que
690 as empresas enfrentam no dia a dia para fazerem face às suas dificuldades de
691 tesouraria e de investimento, não se vai contribuir para ajudar as mesmas. Esta medida
692 não foi certamente avalizada na altura da campanha eleitoral e não será assim que este
693 executivo vai trazer mais investimento. Não é seguramente um concelho apetecível
694 aquele que aplica a derrama. Não será como o senhor Presidente da Câmara diz, que
695 todos temos que fazer sacrifícios. Era importante que os primeiros sacrifícios viessem
696 da Câmara Municipal e não se tentar de toda a forma ir aos bolsos dos munícipes do
697 concelho. - -----
698 -----O senhor Presidente da Câmara disse que sem ovos não se fazem omeletes.
699 Vai fazer chegar uma listagem enorme de obras que resulta dos compromissos do
700 executivo anterior e que não se podem abandonar. Em resposta ao senhor Fernando
701 Lopes disse que Porto de Mós, Alenquer e Torres Vedras, são apenas três Municípios
702 socialistas que têm uma derrama superior à do Bombarral e, pelo menos, Torres Vedras
703 está no caminho do progresso. São estes bons exemplos que querem seguir. Aplicam a
704 derrama porque têm que a aplicar junto com outros encaixes que o Município não
705 estava habituado a fazer. -----
706 -----Foi deliberado por maioria aprovar a proposta supra transcrita com 14 votos
707 a favor (14 do PSD), 2 abstenções (2 da CDU) e 10 votos contra (8 do PS e 2 do CDS).
708 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
709 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** Os senhores Pedro Ângelo e Helena Águas
710 (CDS) apresentaram a seguinte declaração de voto: “A aplicação da derrama sobre os
711 rendimentos dos lucros das empresas, não representa mais do que ... “mais um
712 imposto”. Compete ao executivo, anualmente, decidir se deve considerar esse imposto
713 nas suas receitas, Ou, utilizar a sua não aplicação como incentivo á fixação e efectivo
714 crescimento das empresas, e da sua riqueza no seu concelho. Compete a AM validar
715 ou não essa política e medida de gestão do executivo. Considerando que a aplicação
716 da derrama: - Nos Orçamentos municipais, não deriva de uma medida avalizada pelo
717 eleitorado para este executivo. - Num período de recessão económica como actual,
718 devem se utilizar mecanismos de ajuda á actividade das empresas, e não
719 sobrecarrega-las com mais taxas, que apenas lhes vão retirar a já reduzida capacidade
720 de económica, e de fundo de maneio, ou de possível investimento. - Num objectivo de
721 captar receitas por parte deste executivo se resumirá á sobrecarga do tecido económico
722 já debilitado do concelho, quando o objectivo se deveria centrar na real capacidade de
723 gestão do executivo, em captar as receitas de onde até agora eram inexistentes, ou de
724 reduzida execução orçamental, além de reduzir custos, e não de aumentar ainda mais a
725 pressão sobre os seus munícipes. - Apenas se resumirá a uma mera gesta económica

ACTA N.º 08/2009 – Reunião de 13 de Novembro de 2009

726 de valores, que apenas validará um sobrecusto de encargos com pessoal, de
727 enquadramento partidário, sem qualquer benefício para o concelho. - Não representará
728 nenhum atractivo ao desenvolvimento de novas empresas no concelho, em detrimento,
729 mais uma vez, dos concelhos vizinhos. Continuamos a considerar, tal como nos anos
730 anteriores, a aplicação da derrama inapropriada e inadequada ao momento económico
731 actual, e desmotivadora da implantação de novas empresas perante as possibilidades
732 dos concelhos vizinhos, pelo que somos contra a proposta aprovada, não nos revendo
733 na mesma.”-----

734
735 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 01:00 horas, foi a reunião encerrada e
736 lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
737 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

738
739 O Presidente:

740
741 O 1.º Secretário:

742
743 O 2.º Secretário:

744